

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS**

RAFAELA SOARES DOS SANTOS

**A MOBILIZAÇÃO DO GASTO PÚBLICO PARA A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA
NACIONAL PÓS COVID-19**

OSASCO

2022

RAFAELA SOARES DOS SANTOS

**A MOBILIZAÇÃO DO GASTO PÚBLICO PARA A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA
NACIONAL PÓS COVID-19**

Monografia apresentada à Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, da Universidade Federal de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do grau em Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho

OSASCO

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco, CRB-8: 3998,
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237m SANTOS, Rafaela Soares dos
A mobilização do gasto público para a recuperação econômica
nacional pós Covid-19 / Rafaela Soares dos Santos. - 2022.
39 f.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) -
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios, Osasco, 2022.

Orientador: Marcelo Soares de Carvalho.

1. Gasto público. 2. Recuperação econômica brasileira. 3.
Desenvolvimento. 4. Pandemia. 5. Estado estabilizador. I.
Carvalho, Marcelo Soares de, II. TCC - Unifesp/EPPEN. III.
Título.

CDD: 336

RAFAELA SOARES DOS SANTOS

**A MOBILIZAÇÃO DO GASTO PÚBLICO PARA A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA
NACIONAL PÓS COVID-19**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios da Universidade
Federal São Paulo, como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.**

Aprovado em: ___ de _____ de 2022.

**Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho
(Universidade Federal de São Paulo)**

**Prof. Dr. Flávio Tayra
(Universidade Federal de São Paulo)**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por me permitir realizar este grande sonho, e por tantos outros mais, acredito que estamos sempre na hora e no lugar conforme os planos dele, apenas posso agradecer por esse momento fazer parte da minha trajetória.

Aos meus pais, Rose e José Carlos que sempre me apoiam e se esforçaram para me oferecer o melhor futuro possível, além disso, a minha família que sempre me deu todo o amor do mundo, ao meu irmão, aos meus avós, em especial aquele que se foi durante essa jornada, a minha madrastra e as minhas tias, em especial a Cláudia, agradeço pelo apoio e amizade.

Aos amigos que fiz durante a faculdade, obrigada por todos os momentos de felicidade, por amenizarem esse momento da vida, que apesar de maravilhoso, é desafiador, tenho certeza que muitos de vocês perpetuarão na minha vida por um longo período.

Agradeço também aos meus amigos, em especial Letícia, que mesmo de longe pode me confortar em diversos momentos, desde o ano de cursinho até a apresentação da monografia, sou grata a todos vocês, mesmo aqueles que seguiram caminhos diferentes, pois tenho certeza que cada pessoa que passou na minha vida teve um papel importante e é levada com gratidão.

Por fim, agradeço a oportunidade de prestigiar o ensino público de qualidade, e ao meu orientador Marcelo Carvalho, que me deu todo o apoio e suporte necessário para concluir esse ciclo.

A todos esses, obrigada!

RESUMO

O advento da covid-19 provocou uma desaceleração econômica mundial, além dos notáveis efeitos na saúde pública, os impactos para o Brasil foram desastrosos, ademais do grande número de mortes, a pandemia deu-se em um momento que o país ainda não havia se recuperado da crise de 2015, o resultado foi um incremento nos índices de: desemprego e emprego informal, população abaixo da linha da pobreza, falência de empresas, restrição de direitos civis, como a saúde e moradia, bem como a queda da atividade econômica.

A política fiscal sugere ser uma saída para esse cenário. Neste estudo será analisado a possibilidade da mobilização do gasto público para a retomada da atividade econômica após a covid-19, além da melhora dos indicadores sociais. Apesar de durante esse período o governo ter promovido gastos, estes não foram suficientes ou estratégicos, assim sendo, seria necessário um planejamento nacional, pautado no Estado, para que não só o país recupere sua taxa de crescimento, mas que também supere suas condições estruturais de desigualdade, em outras palavras instaurar o papel estabilizador do Estado.

Palavras-chave: gasto público, recuperação econômica brasileira, desenvolvimento, pandemia, estado estabilizador

ABSTRACT

The covid-19 Pandemic has caused a global economic downturn, besides the effects in the public health, the impacts in Brazil have been disastrous, beyond the huge numbers of casualties, the pandemic took place in a moment where the country had not even yet recovered from the 2015 recession, resulting in significant indexes increases of unemployment, informal employment, poverty, businesses bankruptcy, civil rights restriction, like health and habitation, as well as reduction in economic activity.

The fiscal policy suggests to be a way out of this scenario. This monograph will analyze the possibility of mobilizing public expenditures to resume the economic activity after covid-19, in addition to improving social indicators. Although during this period the government promoted expenditures, these were not sufficient or strategic, therefore, it would be required a national planning, based on the State, so that not only the country recovers its growth rate, but also overcomes its structural conditions of inequality, in other words, to establish the stabilizing role of the State.

Keywords: Fiscal policy, economic recovery, pandemic, public expenditures

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 8 |
| 1. Os fundamentos da ação do Estado no capitalismo | 10 |
| 1.1 O Estado estabilizador | 10 |
| 1.2 Especificando os problemas das economias subdesenvolvidas | 17 |
| 2. Especificidade do caso brasileiro durante a covid-19..... | 19 |
| 2.1 Retração do papel do Estado entre 2015 e 2020 | 19 |
| 2.2 Políticas fiscais pós Covid-19 | 23 |
| 3. Recuperação econômica pós covid-19..... | 28 |
| 3.1 Recuperação brasileira | 28 |
| 3.2 Plano Biden, uma análise comparativa | 33 |
| Conclusão | 36 |

INTRODUÇÃO

O advento do covid-19 deu início a uma crise de saúde pública em escala mundial; a proporção de tal pandemia se dá não somente pelos índices de propagação e mortalidade da doença, como também pela globalização, que intensifica o fluxo de pessoas entre os países, tornando-a uma das maiores crises sanitárias da história, com mais de quatro milhões de óbitos. Além do nítido efeito na saúde pública, o vírus teve um grande impacto econômico, em primeiro lugar escancarando as desigualdades sociais, e em segundo lugar levando a uma redução da atividade econômica.

No presente trabalho serão analisados ambos os aspectos com respeito ao cenário brasileiro, bem como será discutida uma possível saída para esse cenário, baseada na política fiscal como ferramenta de estímulo macroeconômico. Para tal, este estudo foi dividido em três partes: argumentação teórica do Estado como centro de coordenação e decisões macroeconômicas; análise da conjuntura econômica brasileira atual, a fim de apontar as necessidades das ações aqui sugeridas; e sugestão de atuação estatal e apresentação da experiência nacional americana de forma comparativa.

Primeiramente, é necessário apontar a tríade teórica, em que se baseia o papel do Estado, com Keynes, Minsky e Kalecki. Tais estudiosos sugerem que, em momentos de crise, o setor privado tende a aumentar a preferência por liquidez, reduzindo investimentos. Nesse cenário, cabe ao Estado uma atuação de política fiscal ativa, de modo a evitar a queda da demanda agregada, apresentando, portanto, um papel estabilizador, conforme apresentado por Minsky (1986, n.p).

Além disso, o caso do Brasil é certamente específico: além de ser um país subdesenvolvido, marcado pela desigualdade social desde seus primórdios, o país ainda não havia se recuperado da crise de 2015/2016 quando se iniciou a pandemia; além disso, o país estabeleceu uma política neoliberal de controle de gastos e diminuição da rede de proteção social.

A respeito da desigualdade social, na última década houve uma onda de trabalho na forma de uberização, além do trabalho informal já estabelecido pelo neoliberalismo, e firmado pela reforma trabalhista de 2017. Tais condições de emprego apresentam um maior risco no quesito de saúde, mas também tem um maior impacto econômico nesse momento, pois a remuneração depende da demanda e do trabalho presencial. Ademais, se evidenciou a

desigualdade da indústria internacional, à medida que muitos países não possuíam recursos para fabricação de respiradores, máscaras ou *P & D* para desenvolvimento de vacinas. Por outro lado, com o isolamento social e a incerteza dos agentes econômicos, a atividade econômica declinou, culminando na falência de empresas, aumento do desemprego e do número da população abaixo da linha de pobreza.

Em meio a este cenário, o Brasil enfrenta grande dificuldade para a retomada do crescimento econômico. Nesse sentido, a política fiscal ativa representaria uma saída eficiente para que não somente o PIB, o indicador econômico de referência, cresça, mas faria também com que os indicadores sociais também melhorassem, como abordado por Laura Carvalho (2021) o papel do gasto público neste momento seria essencial não somente para a retomada da atividade, mas para superação de lacunas estruturais. Nesse sentido, a recente apresentação do Plano Biden sugere uma interessante análise comparativa de futuras ações anticíclicas.

Desta forma, o presente estudo busca argumentar em favor da importância do gasto governamental brasileiro, tanto através de referencial teórico, quanto pela análise da relação entre gasto público e crescimento econômico em períodos recentes.

1. OS FUNDAMENTOS DA AÇÃO DO ESTADO NO CAPITALISMO

1.1O Estado estabilizador

A teoria econômica dominante tem por conceito a intervenção mínima do Estado, sendo esse no limite responsável pela seguridade social e infraestrutura. Nessa vertente, a economia funcionaria através do livre mercado, isto é, os mercados se auto regulariam, sem a necessidade de intervenção. A “mão livre do mercado” pauta-se na Lei de Say, aponta que o nível de renda é estabelecido pela oferta, isto é, no capitalismo regido pelo livre mercado não existe capacidade ociosa não planejada, incluindo nesta o desemprego involuntário; logo, “a oferta cria a sua própria demanda”.

Em suma, toda oferta gera poder de compra, que por sua vez, é revertido em novos gastos (demanda). Aqui se pressupõe que o nível de ampliação de demanda é orientado pela maximização dos interesses dos agentes econômicos, assim, “Toda expansão no emprego, com respectiva ampliação da oferta agregada, cria uma elevação em mesma magnitude na demanda agregada” Ferrari Filho e Terra (2011, p. 274). Dessa forma, o nível de pleno emprego é preservado, e a capacidade ociosa seria resultado apenas de fatores extra mercado. Contudo, a história do Capitalismo é composta por crises e recuperações econômicas; é evidente que existe uma dificuldade sistêmica em manter o nível de pleno emprego da economia.

A Teoria Keynesiana em contramão aos clássicos, ressalta que a demanda agregada possui vários pontos de equilíbrio, que não necessariamente correspondem ao pleno emprego. Em sua obra “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, Keynes (1936) determina que o nível de renda seria definido através da Demanda Efetiva, em que os agentes econômicos consideram a expectativa de retorno para estabelecer o nível de produção e investimento corrente.

Em uma economia monetária capitalista, as decisões são baseadas no objetivo de maximização de lucro. O empresário, portanto, é o agente tomador de decisões cruciais a respeito do nível de emprego e está, portanto, relacionado a expectativas futuras dos empresários como seres econômicos individuais. Assim, o empresário realiza escolhas de curto prazo, dado sua capacidade produtiva no momento presente, e de longo prazo, podendo ampliar o seu capital através de investimentos.

É importante ressaltar que tais processos decisórios são tomados em um cenário de incerteza fundamental, pois não existe informações objetivas a respeito do futuro, somente

projeção embasada no momento presente; por esta razão é comum os agentes econômicos embasarem-se em convenções e comportamentos de massa, ou da maioria da população. Sendo essa uma crítica de Keynes ao modelo clássico, pois para esse as projeções futuras seriam um cálculo atuarial, ao contrário do que é apresentado em “A teoria geral do emprego”:

“O sentido em que eu uso o termo é aquele em que a previsão de uma guerra na Europa é incerta, ou do preço do cobre e a taxa de juros [vigentes] daqui a vinte anos, ou a obsolescência de uma nova invenção, ou a posição dos proprietários de riqueza privada no sistema social de 1970. Sobre estes assuntos não existe base científica de cálculo sobre a qual se possa formar qualquer probabilidade de cálculo” (KEYNES 1937, p. 5).

Desta forma, toda e qualquer decisão é tomada em um cenário de incerteza; as expectativas futuras dos empresários não podem ser calculadas de forma precisa, dado que o advento de uma nova tecnologia, ou a eclosão de uma guerra, por exemplo, são eventos probabilísticos a todo momento, e que nem sempre podem ser previstos com antecedência. Assim, “A taxa de juros é o fator que ajusta, na margem, a demanda por moeda para entesouramento com a oferta de moeda entesourada” (KEYNES 1936, p.177). A propensão marginal ao consumo depende de fatores objetivos, como variação da renda, taxa de juros, política fiscal, e subjetivos, como imprevisto, avareza, especulação, entre outros, porém é razoável adotar que esse indicador é estável no curto prazo. O investimento, por sua vez, decorre em função do retorno futuro esperado pelos empresários e pela taxa de eficiência marginal do capital.

Por outro lado, além da expectativa de retorno, a taxa de juros é um importante fator na determinação do investimento. Os agentes econômicos que possuem renda disponível para poupar podem optar por disponibilizar seus ativos em três formas: moeda, títulos públicos e investimentos, sendo a rentabilidade dos títulos a taxa de juros, e a moeda o ativo de maior liquidez. Desta forma a demanda por moeda representa o grau de desconfiança presente na economia, e este, por sua vez, define o nível do prêmio pelo não entesouramento, ou seja, quanto maior a incerteza do cenário, maior a taxa de retorno exigida pelos empresários para manterem os seus ativos em formas de liquidez não absoluta.

A eficiência marginal do capital, que consiste na taxa de expectativa de retorno do investimento, quando comparada com a taxa de juros acumulada da vida útil do bem de capital define a decisão de investir, pois os investimentos com retorno esperado abaixo do ganho com juros são inviáveis; o retorno esperado deve ser maior do que o ganho com a taxa de mercado para compensar a incerteza contida na especulação sobre os rendimentos futuros.

Dessa forma, o investimento depende, além da expectativa de rendimento futuro e da taxa de eficiência marginal do capital, da preferência pela liquidez, variáveis estas não passíveis de serem previstas com assertividade, e muitas vezes apresentando correlação, à medida que uma expectativa pessimista a respeito do futuro pode levar a diminuição do retorno esperado e aumento da preferência pela liquidez.

A teoria clássica propõe a hipótese de que a taxa de juros é igual à eficiência marginal do capital. Nesse sentido, Keynes argumenta que essa é uma situação condicionada ao pleno emprego. Nas demais situações, a respeito da taxa de juros, o mesmo argumenta: “A taxa de juros é o fator que ajusta, na margem, a demanda por moeda para entesouramento com a oferta de moeda entesourada” (KEYNES, 1937, p.8); e é nesse sentido que a mesma é relevante para a determinação do nível de investimento agregado.

Dessa forma, em períodos em que há uma expectativa pessimista em relação aos rendimentos futuros, ou mesmo de expectativas de rendimentos inferiores a outras oportunidades de ganhos com juros, os agentes econômicos diminuem o nível de produção de bens e serviços, eventualmente deixando também de investir, levando a uma diminuição da demanda agregada, resultando em capacidade ociosa e desemprego involuntário. Além disso, com o livre mercado, a demanda efetiva pode ser qualquer uma a todo o momento, não sendo necessariamente compatível com o cenário de pleno emprego.

O nível de gasto é, portanto, o determinante do nível agregado de renda e emprego. Embora maiores níveis de gasto fossem, em princípio, do melhor interesse dos agentes econômicos (empresários e trabalhadores), as decisões de gasto do setor privado são estritamente individuais e, portanto, não haveria uma coordenação *a priori* do nível de atividade econômica, o Estado então atuaria como estabilizador econômico.

Nesse sentido, é importante ressaltar o papel limitado da política monetária quando se trata de garantia de investimento, pois além de nem sempre ser possível de diminuir a taxa de juros, mesmo que a mesma esteja a níveis baixos, não há garantia de que os empresários iriam optar pelo investimento, pois o mesmo depende da percepção dos mesmos a respeito do futuro, e não somente da taxa de juros; assim mesmo com uma taxa de juros próxima a zero, se a percepção sobre o futuro for negativa, o investimento não ocorreria.

Nesse cenário, seria papel do Estado impedir a queda de demanda agregada, através da política fiscal, a fim de evitar crises econômicas, estimular o setor privado e reduzir as incertezas em relação ao futuro. Um aumento da demanda do Estado acarreta em uma série de gastos secundários. Um gasto de um indivíduo torna-se renda do próximo, e este, gasto em

menor proporção, esse ciclo se repete inúmeras vezes, e sua amplitude depende da propensão marginal a consumir, o chamado efeito multiplicador da economia Keynesiana. Dessa forma, a demanda agregada é estimulada, e o gasto inicial necessário é inferior ao tamanho da deficiência econômica, em parte pelo efeito multiplicador, mas também pelo fato de o investimento ser um gasto autônomo, desassociado e independente do consumo, aumentando assim a renda agregada.

A respeito da intervenção estatal,:

“a) o Estado poderia assumir a responsabilidade direta pelas decisões de investimento; b) o Estado poderia tentar oferecer condições especiais para o investimento privado em certas áreas; c) o Estado poderia buscar atingir todo o conjunto de investimentos privados, criando um ambiente econômico seguro no qual os agentes privados possam ser estimulados a fazer escolhas mais arriscadas e não somente a acumular ativos líquidos.” AMORIM et al. (2008, pg.28).

O governo realiza suas operações com dois orçamentos, o corrente e o de capital, o primeiro é utilizado para serviços básicos sociais, e deve-se sempre manter-se em equilíbrio, já o orçamento de capital é relacionado a investimentos produtivos, e deve ser usado como um estabilizador para garantir o nível de emprego nacional, buscando alavancar a expectativa do setor privado quanto ao futuro. É importante ressaltar que o objetivo é assegurar as expectativas dos empresários, a atuação estatal não deve ser feita em áreas já satisfeitas pela atividade do setor privado, o intuito é utilizar os gastos públicos como estabilizadores do sistema econômico, isto é, o objetivo fim é sustentar o nível de investimento privado em patamares compatíveis com o pleno emprego.

“A política macroeconômica ideal proposta por Keynes inflaria a demanda agregada, expandindo a economia como um balão e deixando a cargo dos agentes privados as decisões de como os recursos disponíveis seriam empregados. o governo deveria, por iniciativa própria, implementar investimentos em projetos que não competissem com os privados, criando, assim, um ambiente favorável à iniciativa privada.” (AMORIM et al.2008, pg.29).

O Estado, então, deve atuar constantemente para eliminar crises de demanda efetiva; como dito, o principal instrumento macroeconômico para tal é a política fiscal. O objetivo aqui é cooperar com a iniciativa privada, e não competir com ela, atuando demasiadamente em setores pouco atrativos para os empresários, estabelecendo um cenário de cooperação entre o Estado e a iniciativa privada. Ademais, as vantagens da eficiência privada permanecem, já que a iniciativa privada permite uma livre escolha de alocação, e o ponto central em questionamento da economia liberal não é a alocação de recursos já em uso, mas sim o volume de capital

utilizado, e é nesse ponto que o Estado deve assegurar a plena utilização de recursos disponíveis, criando um ambiente de socialização de investimentos, em que a iniciativa estatal intensifica o desempenho do setor privado, e como resultado final, assegurar o investimento econômico nacional, de acordo com a teoria Keynesiana.

“O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão ao consumo, em parte mediante o sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juro e, em parte, eventualmente, por outros meios. Ademais, parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juro baste por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Concebo pois que uma socialização abrangente do investimento será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique que se excluam todo o tipo de compromissos e dispositivos pelos quais o Estado possa cooperar com a iniciativa privada.” (KEYNES 1936, p. 334).

Nesse cenário, haveria flutuação do nível de renda e emprego, a depender apenas da dinâmica das decisões privadas de gasto, daí que o gasto público seja aqui apontado como o principal componente macroeconômico passível de uso para estabilização do nível de renda e emprego agregados.

Apesar de sua inegável contribuição, Keynes em sua teoria trata um cenário simplificado, com uma economia de apenas três ativos e fechada. Minsky apresenta um complemento à teoria estatal abordando o ciclo econômico e o sistema econômico de forma mais complexa.

Minsky com a teoria da instabilidade financeira evidencia que o capitalismo possui historicamente momentos de crises, seja em forma de bolhas especulativas, deflações, ou inflações, e recuperações e ascensões econômicas, e que estes não só são endógenos ao sistema capitalista como fazem parte de um ciclo de econômico alimentado pelas próprias fragilidades do sistema.

A decisão de investimento envolve decisões de financiamento, que dependem do cenário de crédito vigente e dos rendimentos presentes e esperados do empresário, e em uma economia de contratos envolve riscos, tanto para o tomador como para o provedor de crédito, e à medida que o patamar de financiamento aumenta ambos os riscos se elevam, o primeiro devido ao aumento do passivo, e o segundo ao risco de inadimplência, o que reflete em maiores taxas de juros e menores prazos.

Desta forma, Minsky determina que o aumento nas expectativas do setor privado leva a um *boom* no setor de crédito, o que compromete a estabilidade do setor financeiro, tanto do lado do tomador de empréstimo como o do emprestador, pois o comprometimento do passivo

das empresas torna-se crescente, assim como o risco de inadimplência. Dessa forma, o *boom* das expectativas leva a um aumento das taxas de juros e da redução do prazo de financiamento.

Minsky, em sua obra, descreve o ciclo financeiro das economias capitalistas; nestas, a especulação é uma característica intrínseca. Desta forma, nos momentos de percepção otimista, quanto aos rendimentos futuros, aumenta não só o investimento, mas também os financiamentos, contudo o *boom* vem acompanhado de um aumento na demanda por moeda; a medida que as dívidas não são validadas, em suma, esse aumento leva a uma busca por negociação de ativos, desvalorizando esses ativos, ao passo em que os bancos passam a reavaliar as políticas de crédito e os empresários, os investimentos futuros. Logo, o aumento da preferência pela liquidez leva a um declínio no investimento, ocasionado por uma crise de liquidez, e podendo se estender para ampliação da capacidade ociosa, desemprego involuntário, recessões e depressões.

Dentro desse contexto, pode-se notar três posturas financeiras, a primeira seria a Hedge em que a renda esperada dos agentes é suficiente para arcar com todos os seus compromissos financeiros, a especulativa em que em alguns períodos a renda é menor do que os compromissos, ou ainda, só possível realizar a rolagem da dívida, sem amortizá-la, e por fim, a Ponzi, a postura no limite da especulação, em que a renda não é suficiente para arcar com a dívida, sendo necessário uma nova contratação de crédito para arcar com seus compromissos.

A sua teoria consiste que, na fase ascendente do ciclo, o entusiasmo dos agentes econômicos a leva a uma predominância das posturas de especulação e Ponzi, ou seja, o investimento é pautado com base no financiamento, em que a renda atual dos agentes não garante o cumprimento das futuras responsabilidades financeiras. Nessa fase, o entusiasmo dos empresários se concretiza nos agentes financeiros, e o crédito é concedido amplamente sem maiores empecilhos ou regulamentação, trata-se de uma concessão de crédito especulativa, pautada na expectativa de retorno de ambos os lados.

Sendo assim, Minsky constrói a teoria do Estado estabilizador, pois as especulações fazem parte do sistema capitalista, formando então um ciclo econômico baseado em cima destas. Na fase ascendente, os agentes tendem a tomar mais risco; a princípio, o aquecimento do mercado financeiro leva a uma acentuação da atividade econômica, contudo haverá a quebra das expectativas, levando a uma crise e fase de retração econômica.

O Estado então seria responsável por atuar em todas as fases econômicas, adotando uma postura anticíclica. Na fase expansionista do mercado, o governo deveria buscar aprofundamento da regulamentação financeira (ainda que esta se mostre indispensável o tempo

todo), impedindo, por exemplo, a concessão de crédito excessiva, e na fase contracionista seria necessário uma atuação mais ativa do Estado, promovendo gasto público.

“Minsky acreditava que a hipótese da instabilidade financeira era o complemento necessário para a teoria de ciclos econômicos de Keynes baseada em flutuações no investimento privado. As eventuais crises financeiras que assolam economias fragilizadas pelo processo natural de Ponzificação produzem como efeitos gêmeos o incremento do prêmio de liquidez (custo de uso do dinheiro) e a redução da eficiência marginal do capital, ambos elementos que reduzem os gastos de investimento privado. De acordo com Minsky e seguindo Keynes, é a retração do investimento privado que produz, na ausência de injeções de renda contracíclicas pelo Estado ou de fora, a retração do nível de emprego e produção.” (MINSKY 2009, p. 311).

Em outros termos, o governo central deveria exercer os papéis de *Big Government*, governo cujos gastos teriam dimensão suficiente para resgatar a economia nacional de uma crise, e de, através do seu Banco Central, *Lender of Last Resort*, ou emprestador de última instância, como garantidor de liquidez para além daquela mobilizável pelo setor bancário privado.

Além disso, a teoria de Minsky não se estende à especulação de ativos, que é uma realidade do sistema financeiro atual, e que por sua vez intensifica o ciclo econômico descrito por este. Como evidenciado recentemente na crise de 2008 dos Estados Unidos, em uma fase de ascensão econômica a classe “subprime”, aumentou a demanda por contratação de crédito, mesmo com altas taxas de juros, o que beneficiou a classe ofertante de crédito. Nesse cenário, a concessão de crédito foi se tornando especulativa, de alto risco, sem embasamento de renda formal corrente, e tampouco grandes regulamentações por parte dos bancos.

A ascensão depende do entusiasmo dos agentes, e esta pode facilmente gerar bolhas especulativas, além de possuir limites. Em um determinado momento de 2008, evidenciou-se que as dívidas não estavam sendo validadas, o sistema financeiro passou, portanto, a ofertar títulos de dívida, e por tratar-se de alto risco a taxa de juros é equivalente, esse movimento ocorre em massa pelos agentes de mercado, o que desvaloriza esses papéis, levando a uma crise de liquidez, posteriormente a crise de crédito. Especificamente em 2008, tratava-se de especulação no mercado imobiliário, resultando ainda em uma crise de patrimônio.

Sendo assim, Minsky e Keynes formulam uma base teórica a favor da contribuição estatal no sistema econômico, mais especificamente, promovendo gastos públicos de modo a evitar e/ou combater crises econômicas. Vale ressaltar que ambos os autores tratam de países desenvolvidos, sendo o Brasil um país subdesenvolvido, essa necessidade não só permanece, mas é ainda maior.

1.2 Especificando os problemas das economias subdesenvolvidas

As economias subdesenvolvidas apresentam um problema estrutural de demanda efetiva, como evidenciado por Kalecki em sua teoria de subdesenvolvimento:

“Há muitos exemplos de países cujo equipamento de capital, apesar de diminuto, ainda assim é subutilizado. Entretanto, em contraste com as economias desenvolvidas, mesmo se esse equipamento for plenamente utilizado, não será capaz de absorver toda a força de trabalho disponível” (KALECKI, 1968, p. 132)

As teorias de intervenção estatal de Keynes e Minsky tratam de economias desenvolvidas, estas já possuem uma série de fragilidades econômicas que justificam a ação estatal; os países subdesenvolvidos possuem os mesmos problemas, pois o nível de emprego depende das decisões individuais dos empresários, e, além disso, contam com os problemas estruturais internos, como alta vulnerabilidade externa, escassez de capital, heterogeneidade e baixa capacidade produtiva.

Por possuírem uma vasta oferta de mão de obra, e em contramão uma estrutura de produção não desenvolvida, mesmo que toda a capacidade produtiva fosse ocupada, esses países continuariam a ter desemprego. Desta forma, o desemprego aqui é estrutural, resultado da ineficiência produtiva; portanto, para superá-lo, é necessário não só ocupar plenamente a capacidade produtiva corrente, mas promover a expansão desta, para assim superar a dificuldade de absorver mão de obra.

Aqui a teoria de socialização de investimentos é ainda mais necessária, o Estado deve atuar sempre que o setor privado for insuficiente, para, não só manter o nível de atividade interna, mas expandir a capacidade produtiva nacional, de acordo com o plano nacional.

Além disso, nos países subdesenvolvidos a estrutura colonial ainda se mantém; combina-se ao fato da necessidade de intervenção Estatal ser maior do que nas grandes potências, já que exige mudanças na estrutura de investimento. Por conta disso, a expansão do investimento encontra alguns entraves políticos. As decisões políticas estão muito relacionadas ao interesse do mercado, ou seja, dos capitalistas, que baseiam suas decisões na expectativa individual de lucro, não há garantia alguma que esses estejam alinhados ao interesse nacional. Desta forma, ao planificar uma estrutura de investimento, o Estado pode encontrar conflito com a classe dominante. Além disso, os países não desenvolvidos muitas vezes dependem de capital estrangeiro, este muitas vezes impõe limites a políticas nacionais, principalmente no que concerne a gastos públicos e impostos.

“No caso de governos que representam os interesses dos “empresários dinâmicos”, das classes médias, dos trabalhadores e de outros importantes grupos da população, o espaço de manobra para a intervenção do Estado é função das possibilidades de acordos e alianças internacionais referentes à mobilidade do capital estrangeiro. Essa é a primeira lição quando se buscam condições favoráveis para um padrão de investimento capaz de assegurar crescimento econômico sustentado. Por outro lado, governos que representam coalizões de grupos sociais, formadas para dar suporte a políticas econômicas que favorecem o desenvolvimento e a progressiva redistribuição de renda, precisam reconhecer os limites oriundos da falta de competição política entre os blocos econômicos internacionais” (Lopez *et al.* 2009, pg.201)

Desta forma, para firmar um plano estatal de investimento é necessário conhecer as limitações políticas, assim como, formar uma coalizão que apoie a ruptura das estruturas econômicas firmadas pelo *mainstream*.

2. ESPECIFICIDADE DO CASO BRASILEIRO DURANTE A COVID-19

A crise agravada pelo coronavírus no Brasil é um caso particular e ainda mais delicado do que o cenário global, pois além dos problemas estruturais em decorrência do subdesenvolvimento, o país ainda não havia se recuperado da crise política, econômica e social de 2015. Desta forma, com o advento do vírus, o Brasil enfrenta, em 2020 e 2021, uma crise em quatro aspectos.

2.1 Retração do papel do Estado entre 2015 e 2020

Desde a Constituição de 1988, o Brasil progrediu bastante quanto à seguridade social, especialmente no início dos anos 2020. Apesar de manter-se como país subdesenvolvido durante toda sua história, o país teve conquistas essenciais no que concerne à pobreza e direitos sociais. Os governos petistas (2003-2016) foram marcados por importantes conquistas para a classe trabalhadora, destacando-se pelo crescimento econômico e distribuição de renda. Neste período, os indicadores sociais tiveram uma melhora significativa, tais como, população abaixo da linha da pobreza, coeficiente de *Gini*, o número de trabalhadores formais, além do acesso das classes mais baixas ao mercado de consumo.

Nesse período, houve de fato um projeto de desenvolvimento nacional pautado na ampliação e distribuição de renda. A partir de 2006, o governo de Luís Inácio Lula da Silva pautou-se em uma política expansionista, baseada na ampliação do mercado interno e na atuação presente do Estado principalmente na política fiscal.

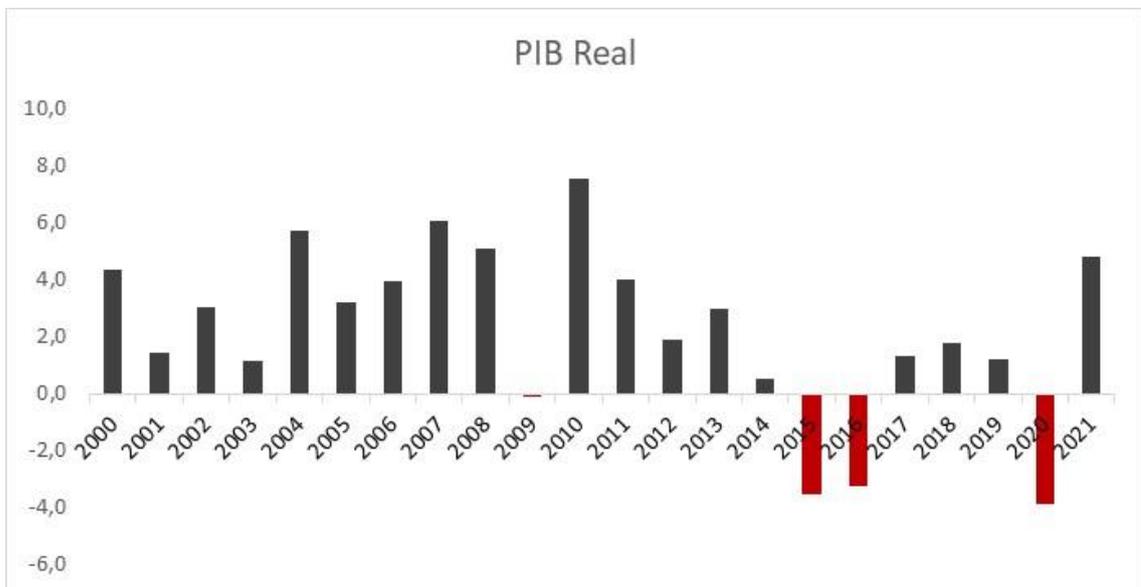
Como panorama das importantes contribuições deste período tem-se o PAC (Programa de aceleração de crescimento) que concerne em uma série de investimentos público em infraestrutura, especialmente no setor de energia e na exploração do petróleo, inclusive do pré-sal, além de apoiar a formação de capital produtivo do setor privado, através de desonerações tributárias. Além disso, houve a ampliação do programa Bolsa Família, e incentivo ao funcionalismo público. Em 2008, iniciou-se uma política de valorização do salário mínimo de longo prazo, que firmava reajustes anuais de acordo com o IPCA e a cada dois anos considerando o crescimento do PIB.

Com o *boom* nos preços das *commodities* a partir de 2007, foi possível utilizar a posição favorável no cenário externo para implementar melhorias sociais. Desta forma, no início da crise mundial de 2008, o Brasil possuía *superávit* na balança comercial, além disso, elaborou um pacote de políticas anticíclicas, como manutenção da rede de proteção social instaurada no

momento anterior, desonerações tributárias em segmentos estratégicos de bens duráveis, aumento da oferta de crédito, especialmente através do BNDES, e investimento público em habitação com o programa Minha Casa Minha Vida, destinado a população de baixa renda.

O primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff conserva a tendência instituída por Lula, mantendo as ações no combate à pobreza, além de implementar o Pronatec, como incentivo à qualificação de mão de obra. Até 2015 é possível averiguar um crescimento econômico, bem como redução da desigualdade social, do desemprego, e incremento do emprego formal. Desta forma, os governos do Partido dos Trabalhadores, demonstram que a superação do subdesenvolvimento não é atingida pelo livre mercado.

Quadro 1 – Variação do PIB (%)



Fonte: IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual)

É importante ressaltar que, apesar dos avanços na seguridade social, os governos petistas não representaram uma quebra na política neoliberal, isto porque a transformação social não foi inserida por via de acesso gratuito ao direito. O que foi implementado foi uma facilitação do acesso privado aos direitos sociais, via setor privado.

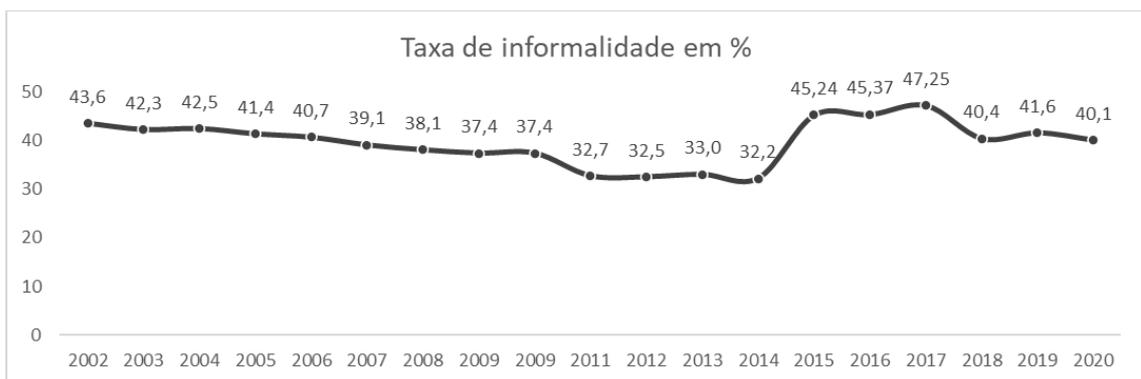
“O esforço redistributivo representado pelo lulismo não buscou a desmercantilização da reprodução social, que protegeria a classe trabalhadora dos desígnios voláteis da acumulação de capital, mas combinou-se com um aprofundamento da mercantilização da reprodução social sustentada pelos circuitos financeirizados” (RUGITSKY 2022, p.66)

Contudo, a partir de 2015 essa tendência social é revertida. Em 2014, com instabilidade no cenário político e econômico, devido às eleições, as manifestações de 2013, o fim do ciclo

das *commodities* e a operação *Lava Jato*, a economia brasileira desacelerou, levando à queda dos investimentos privados. No segundo mandato da presidente Dilma, em meio a uma desaceleração econômica, deu-se início a diminuição dos gastos públicos. O Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tinha o discurso que tal política elevaria a confiança do setor privado na economia, um critério fundamental para elevar os investimentos. Como principais medidas, apresentou o corte das despesas primárias como educação, saúde, seguro desemprego, aposentadoria e redução dos direitos trabalhistas.

A partir desse momento, o Brasil é acentuado na lógica neoliberal de flexibilização de direitos trabalhistas, redução do trabalho formal e economias de plataforma, através de aplicativos de trabalho on demand, associada aos demais desmontes dos gastos com seguridade social. O segundo governo Dilma deu início ao período neoliberal que antecedeu a crise econômica e de saúde pública de 2020.

Quadro 2 – taxa de informalidade



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

É importante ressaltar que o emprego no país é estrutural, conforme apontado por Kalecki, exposto no item 1.2, os países subdesenvolvidos possuem capacidade produtiva insuficiente para empregar toda a força de trabalho disponível, além disso, o país possui uma elevada heterogeneidade social, acarretando altos índices de desigualdade social e disparidade de renda e formas de trabalho. Além disso, a informalidade, a partir de 2015 passa a ser uma saída ao desemprego crescente em meio à crise político-econômica e a perda do vínculo empregatício durante a pandemia e após a reforma trabalhista.

Essa atuação é contrária à teoria anticíclica apresentada no capítulo I, e acabou por intensificar a queda da demanda agregada, além de aumentar as incertezas políticas, e como resultado em 2015 deu-se início à recessão econômica brasileira. Com o *impeachment*, a política de austeridade intensificou-se; em 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que

estabelece a rigidez do orçamento por 20 anos. Os gastos primários do governo ficam restritos ao mesmo patamar de 2017, sendo ajustados apenas pelo índice IPCA.

O congelamento de gastos não leva em conta o aumento populacional, tampouco o crescimento do PIB. Desta forma, a relação de PIB *versus* gasto primário *per capita* irá decair ao longo dos anos. “Nos próximos 20 anos, considerando uma taxa média de crescimento do PIB de 2,5% ao ano, o gasto primário do governo federal terá que passar de 20% do PIB em 2017 para 16% em 2026 e, sem alteração, chegaria a 12% do PIB em 2036” (DWECK *et. al*, 2018, p.25).

Desta forma, a EC 95 impacta no sistema de seguridade social brasileiro, redução dos programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família e seguro desemprego, fim dos aumentos reais de salário mínimo, e redução do atendimento do sistema único de saúde (SUS). Em 2019, houve também a reforma da previdência, com a definição de uma idade mínima para aposentadoria mesmo em condições de trabalho insalubres, o que impossibilita, na prática, a aposentadoria das pessoas em condições especiais de trabalho, como trabalhadores rurais, ao passo que a idade mínima também foi elevada.

Nos anos de 2015 a 2020, o Brasil passa por um processo de retração do papel do Estado, tal ação ocorreu em meio a uma crise política, em um cenário de baixo investimento privado, devido à frágil confiança acerca do futuro, a redução do setor privado e público. Ao mesmo tempo, leva a uma retração da demanda agregada. O poder de compra das classes sociais mais baixas é reprimido, impactando na propensão ao consumo nacional, pois tais classes são as que possuem maior propensão a consumir. Quando a demanda agregada que parte do setor privado não é suficiente para utilizar a capacidade produtiva nacional, o governo deve elevar os seus gastos, a fim de promover uma política encíclica, como apontado no capítulo 1.

Ao promover uma política de austeridade os efeitos causados pelas expectativas dos agentes financeiros não só não são contidos, mas são intensificados, como resultado o Brasil adentrou em uma pandemia mundial em cenário de pobreza, desemprego, desigualdade social e extrema dificuldade de recuperação econômica. A austeridade implementada transformou uma desaceleração cíclica, esperada em qualquer sistema capitalista, em uma crise econômica e política. “Para uma sociedade com tamanha heterogeneidade estrutural como a brasileira, imitar e constitucionalizar o que a globalização da desigualdade tem de pior é uma prescrição para fragilidade econômica, mas também uma receita para instabilidade política” (TEXEIRA *et. al* 2021, p.52).

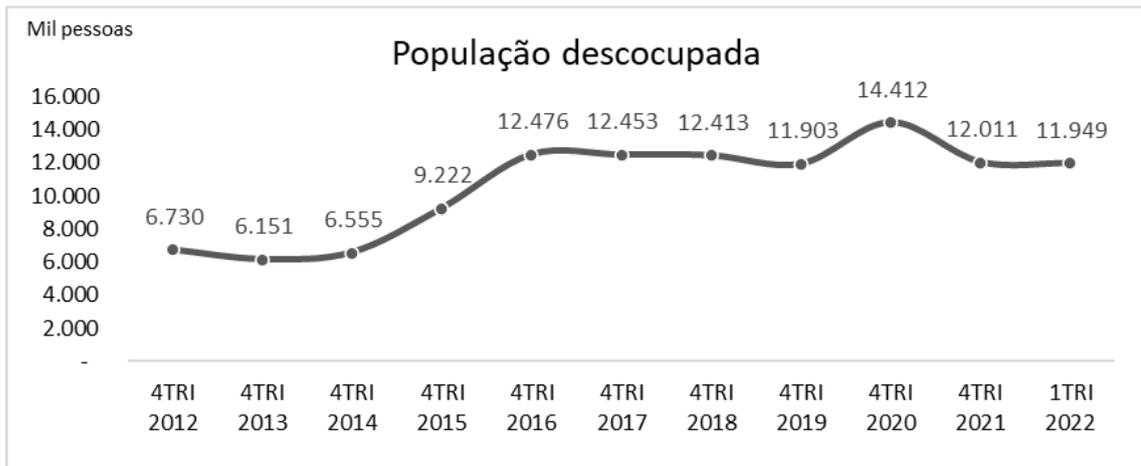
2.2 Políticas fiscais pós Covid-19

O covid-19 representou uma crise sanitária mundial, com milhões de mortes em todo o mundo, devido a globalização e conexão de pessoas a diferença entre o registro do 1º caso do vírus até a declaração de pandemia da OMS foi de três meses, além dos graves efeitos na saúde pública a doença também impactou o mundo todo como uma crise econômica em uma especificidade jamais vista anteriormente.

O ano de 2020 caracteriza-se por uma flexibilização fiscal sem precedentes, com um elevado gasto público voltado para o controle da crise sanitária, bem como seus impactos econômicos e sociais, cerca de 524 bilhões de reais foram gastos neste ano (portal da transparência). A política governamental desse período pautava-se em um “orçamento de guerra” com três macros preocupações, a necessidade da população mais vulnerável, a manutenção do emprego e o combate à pandemia, totalizando créditos extraordinários correspondentes a 7% do PIB (portal da transparência).

Como todo período de incerteza, o consumo e o investimento foram adiados, e houve um aumento da preferência pela liquidez. Contudo, além disso, existem limitações do lado da demanda devido à necessidade de distanciamento social, dificultando as possíveis ações voltadas para recuperação econômica. Ademais, a crise de saúde pública exigia ação imediata; nesse sentido, Carvalho (2020) sugere que a crise advinda do covid-19 deve ser combatida em dois momentos, o primeiro que teria sido voltado a emergência sanitária, com a compra de vacinas e auxílio emergencial (Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020), como garantia de renda, e o segundo focado na recuperação econômica, após o controle epidemiológico.

Conforme apresentado, o vírus chega ao Brasil em um período de crise econômica, intensificada pela ação de austeridade do governo a partir de 2015. A primeira ressalva, nesse sentido, seria sobre as mudanças nas características do emprego, não só o índice de desemprego, mas os processos de uberização, pejetização e flexibilização do emprego sensibilizaram grande parte da população. Desta forma, com o advento da pandemia e a necessidade pública de isolamento social, esta parcela da população teve perda significativa da renda. Além disso, durante a pandemia, o governo aprovou a negociação para redução da jornada de trabalho, acompanhada de redução salarial.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Durante o ano de 2020, a política governamental tinha como objetivo o controle da propagação da doença e garantia de um nível mínimo de renda, dado o aumento no número de desempregados (vide quadro 3). Entre outras medidas, o Estado promoveu a vacinação em massa, auxílio emergencial, seguro desemprego, suspensão do pagamento de dívidas, investimento na rede de saúde e expansão do crédito público. Apesar disso, a crise deu-se em meio a um conturbado cenário político econômico, e as ações governamentais, apesar de possuírem inegável importância, se mostraram atrasadas e pouco suficientes.

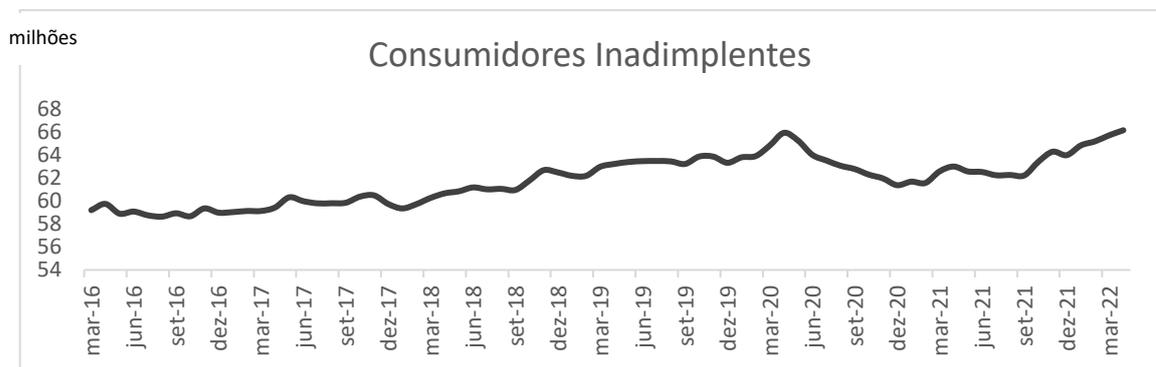
O auxílio emergencial vigorou entre abril e dezembro de 2020, tendo uma redução após o mês de agosto; teve a proposta de garantir o nível de renda da população mais pobre, e trabalhadores informais, os mais atingidos no setor de emprego pelo distanciamento social, ainda que não entremos no mérito de direito a saúde. Tal medida foi essencial para atenuar a diminuição da atividade econômica. “A importância do auxílio para a sustentação da renda das pessoas que receberam o auxílio emergencial por faixa de renda. Nada menos de 69% dos cidadãos que recebiam menos de um salário-mínimo, e 42% entre 1 e 2 salários-mínimos dependeram do auxílio.” (TEIXEIRA *et al* 2021, p.132). De fato, os gastos com benefícios sociais possuem um efeito multiplicador elevado, isto porque o público alvo é a população com menor nível de renda e a propensão ao consumo destas é próxima, ou superior, a 1, conforme apontado pelo centro Made da USP, tal política evitou, de fato, o declínio ainda mais acentuado do PIB em 2020.

“No segundo trimestre de 2020, o produto estaria 26,2% abaixo do produto do quarto trimestre de 2019 no cenário sem os efeitos estabilizadores do Auxílio, em contraposição ao que de fato ocorreu (nível de produto 11,3% abaixo do observado no quarto trimestre de 2019). No terceiro trimestre de 2020, o produto estaria cerca de

14,2% abaixo do PIB do trimestre base sem o efeito do Auxílio, ao passo que ficou 3% abaixo no cenário real.” (SANCHES *et al* 2020, p.4)

O benefício também impactou no índice de endividamento; durante as parcelas de 600 reais o cadastro de inadimplência do Serasa apresentou uma queda, resultado não somente do auxílio, mas como ações contrárias ao endividamento, como adiamento das parcelas do FIES, a prorrogação de dívidas de pessoas físicas sem implementação de juros adicionais e desonerações tributárias. O Brasil, mesmo na era petista, teve o crescimento do consumo pautado no endividamento, os programas sociais, como “Minha casa, minha vida” e a facilitação da compra de bens duráveis, como automóveis, facilitaram a compra de ativos e não garantiam o direito universal. Desta forma, ao analisar-se a redução da desigualdade, deve-se levar em consideração a distinção entre desigualdade do consumo e de renda, pois muitas famílias utilizam o crédito para adquirir bens de consumo; em suma, a dívida tornou-se parte da sobrevivência no curto prazo.

Quadro 4 – Total de consumidores inadimplentes



Fonte: Serasa Experian

Além da redução na inadimplência, o índice de extrema pobreza diminuiu, bem como houve melhora no Índice de Gini, comprovando a eficiência da transferência de renda. Contudo, com a redução no valor das parcelas e o interrompimento do programa para 2021, tais indicadores voltaram a piorar, evidenciando que os gastos com programas sociais em tais períodos foram insuficientes, tanto no valor, com a redução em agosto, como no período estabelecido. Ademais, mesmo aumentando substancialmente os gastos com o sistema público de saúde, o mesmo permaneceu subfinanciado, com falta de leitos e respiradores ainda no ápice da pandemia em 2020.

Outro ponto é o número de mortes elevado, mesmo quando comparado com o cenário internacional, refletindo a eficiência das políticas emergenciais, destacando o isolamento social

e a vacinação, ressaltando que as ações de distanciamento foram moderadas e não restritivas. O início da vacinação atrasou cerca de um mês e as falas negacionistas advindas do presidente incentivaram a proliferação da doença, e segundo Orair, há uma correlação entre o controle da disseminação do covid-19 com o nível de gasto público necessário para a recuperação econômica, conforme segue:

“A análise de caráter preliminar baseia-se em correlações que sugerem que os países de pior êxito no controle da disseminação da doença acabaram sofrendo as maiores perdas do produto, e, por sua vez, esse mesmo insucesso acabou exigindo pacotes fiscais mais amplos para conter e mitigar os impactos da pandemia. Infelizmente, o Brasil não fugiu muito dessas inter-relações. O país se mostrou ineficaz no controle da pandemia, situando-se entre os poucos com mais de mil mortes por milhão de habitantes, e verificou uma forte crise econômica e um pacote fiscal relativamente elevado” (ORAIR, 2021, p.3).

Durante esse período, houve também a ampliação do crédito público para apoio às empresas, dado que em momentos de instabilidade, a oferta de crédito sofre uma queda devido ao risco de inadimplência, contudo tal ação também se mostrou ineficiente. De acordo com o Boa Vista, os pedidos de falências de empresas aumentaram 12,7% em 2021. Desta forma, seria necessário um gasto público substancialmente maior do que foi disponibilizado para evitar o desestímulo da economia, apesar do popularmente conhecido “orçamento de guerra” há diferenças relevantes entre a pandemia e sua tripla crise (sanitária, econômica e social), pois no caso de uma guerra, a capacidade produtiva é totalmente utilizada, o que de fato não ocorreu, além disso, não foi utilizada a disponibilidade orçamentária do país.

No que concerne a gastos o Brasil possui três restrições, regra de primário, regra de ouro e o teto de gastos (EC 95), contudo em todos os casos a política fiscal pode ultrapassar o estabelecido em caso de calamidade pública, como foi o advento da coronacrise. Desta forma haveria a possibilidade de uma condução ainda mais ativa da política fiscal a fim de melhorar os indicadores econômicos pós covid-19, nesse sentido o auxílio emergencial, que foi insuficiente, poderia ter sido preservado, segundo o El país “O Governo federal deixou de gastar 80,7 bilhões de reais dos recursos reservados para o enfrentamento da pandemia de covid-19 em 2020 [...]. Destes, 28,9 bilhões de reais “sobraram” do montante destinado ao pagamento do auxílio emergencial até o final do ano passado.”

Ademais, a dívida pública não teria efeitos prejudiciais neste momento, especialmente em termos de uma hipotética pressão inflacionária; isto porque, há ampla capacidade produtiva ociosa. Assim, poderia ter sido feito um enfrentamento mais adequado e logo o país teria resultados mais virtuosos da macroeconomia no momento atual.

Retomando os dois momentos de intervenção estatal apontados por Laura Carvalho, a partir de 2022, é necessária uma política fiscal voltada para a recuperação econômica em si, e não mais paliativa. Neste deve haver preocupação não só com o crescimento econômico pautado no PIB, que pode representar muitas vezes aumento da disparidade de renda, ou endividamento da população mais carente, mas com o fortalecimento do sistema de saúde, da proteção social e até da busca de uma economia com baixa emissão de carbono, necessidades do século XXI. Até mesmo porque em 2019 o Brasil era a 9º maior economia do mundo, e em 2020 a 12º, contudo o PIB relativamente alto não o tornou desenvolvido, muito menos levou a superação das desigualdades sociais.

É necessário ter uma preocupação com os demais indicadores sociais, tais como, acesso à água, saneamento básico, energia, educação, assistência médica, moradia digna, renda mínima per capita (não somente a média do país, mas atentar-se a população abaixo da linha de pobreza) e desigualdade social, muitas destas fazendo parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

3. RECUPERAÇÃO ECONÔMICA PÓS COVID-19

Como apresentado no capítulo anterior, a partir de 2015, houve o desmonte dos direitos sociais firmados pela Constituição de 1988, bem como do papel estabilizador e intervencionista do Estado. Com isso, houve não somente o início da recessão econômica, intensificada pelo covid-19, afetando desde o crescimento nacional, até os principais indicadores sociais, como desemprego, insegurança alimentar e desigualdade social.

Desta forma, após o pior cenário do vírus da covid-19, o Brasil mostrou-se um país ainda mais fragilizado em termos de crescimento econômico. Além disso, devido às indispensáveis medidas emergenciais, a dívida pública também aumentou. Como enfrentamento desse cenário, surgem duas principais vertentes, o corte de gastos, a fim de reduzir a dívida pública e a volta do Estado de proteção social. Embasado da tríade teórica apresentada no primeiro capítulo, em um cenário de desaceleração do setor privado, o Estado deve exercer o seu papel estabilizador e ampliar os gastos fiscais.

3.1 Recuperação brasileira

Com o avanço das vacinações e redução no número de mortes, a partir de 2022 é necessário formular um plano de recuperação nacional. O mesmo deve ser pautado no Estado, em primeiro lugar, por conta da capacidade de mobilização de recursos e estruturação de um planejamento de longo prazo, de acordo com o objetivo nacional, e em segundo lugar, devido a atual fragilidade e falta de confiança do setor privado, o que diminui o nível investimento agregado, o que não impede a cooperação entre o setor público e o privado.

Para tal fim, é necessária a estruturação de um plano nacional para recuperação econômica, com a expansão dos gastos públicos, tal como feito em diversos países, como na Itália com o investimento de €25 bilhões destinados a melhoria do sistema de saúde e desestímulo de demissões, e no Reino Unido, com a disponibilização de £30 bilhões destinados a empréstimos privados e mais £20 bilhões destinados a proteção social da população e auxílio a empresas. Plano este não elaborado até o momento, sendo esse mais um ponto de ação tardia do Estado brasileiro atual. Neste momento, é necessário, portanto, esquematizar uma proposta para retomada do crescimento econômico, esta deve ser pautada em alguns pilares, sendo eles: distribuição da renda; reconstrução do tecido empresarial; e investimento em infraestrutura

A desigualdade social é um problema inerente a economia brasileira, presente desde de seus primórdios, contudo os acontecimentos políticos desde 2015 e a pandemia intensificaram essa vulnerabilidade nos anos de 2020 e 2021. Tal reversão é importante para o plano nacional, pois significaria um aumento de renda da população mais carente, que possui uma propensão a gastar elevada, próxima ou superior a 1%. Desta forma, uma melhor distribuição de renda aquece o mercado interno, baseado no consumo de massas. Tal estratégia pode ser implementada pela transferência direta de renda, como seguro-desemprego e Bolsa Brasil, como garantias de renda básica, mas também com aumento do salário mínimo real, e indiretamente com a reestruturação da carga tributária do país, uma vez que o país possui espaço para um aumento da tributação sobre os mais ricos, em detrimento dos impostos de consumo, que hoje representam grande parte da alíquota tributária.

Outra questão no que concerne à equidade de renda é a preocupação com o endividamento. A distribuição de renda já foi tratada nos governos petistas, contudo observou-se que, junto com esta, houve o aumento na concessão de crédito para as classes mais baixas, o que levou ao aumento da dívida desses indivíduos. Em países desenvolvidos, tais como os Estados Unidos, a dívida das pessoas físicas tende a ser voltada para bens duráveis, como hipotecas, o que se observa em países subdesenvolvidos, incluindo aqui o Brasil, é que a maior parte da dívida se refere a consumo imediato, isto ocorre em períodos de recessão, mas também foi uma característica do governo Lula, que apresentou um considerável crescimento econômico. Desta forma, é necessário rever a financeirização da pobreza, para que o ciclo de dívida possa ser interrompido.

“Nas economias avançadas, tendem a predominar as hipotecas como forma de endividamento (mais de 50%), enquanto nos países em desenvolvimento prevalece o crédito de consumo (acima de 2/3) (imf, 2017). Naquelas, o acesso mais fácil aos mercados financeiros internacionais também alimenta a dívida privada individual e familiar. Nestes, a inclusão financeira parece oferecer meios de sobrevivência de curto prazo, que se renovam num ciclo infundável, ao preço de se tornarem os juros um custo incorporado à reposição da força de trabalho.” (SINGER et. al 2022, 252 p.).

No período posterior a 2015, a crise econômica-política e a coronacrise implementaram um novo processo de acumulação, pautado na precarização do trabalho. Neste período, a redução do lucro do setor privado foi consideravelmente menor do que a queda do PIB, isto ocorre porque foi estruturado um novo modo de acumulação, pautado no neoliberalismo, como consequência da redução do custo da força de trabalho, em razão da precarização do emprego e reforma trabalhista, da desregulamentação ambiental, favorecendo o agronegócio e a extração primária, as privatizações promovidas pelo governo e a tendência de concentração de capital,

isto é, dentro desse período as empresas de grande porte conquistaram maior espaço no cenário econômico em detrimento das pequenas e médias.

Nesse cenário, em um primeiro momento, o governo deve fornecer apoio ao setor privado, de modo a buscar utilização ampla da capacidade produtiva já instaurada no país, fazendo uso do seu papel de prestador de última instância, principalmente no que se refere a pequenas e médias empresas, que foram as mais fragilizadas com a pandemia, usando como ferramenta, por exemplo, a expansão das ações de crédito do BNDES.

Como apontado por Kalecki, mesmo com a utilização do circuito produtivo atual, o país, ainda sim, possuiria problemas de baixa capacidade produtiva, sendo assim o Estado deve atuar também na expansão da mesma. Para tal o Estado deve direcionar parte da política fiscal para infraestrutura e industrialização. Essa atuação deve considerar os setores deficitários do país. É verdade que os gastos públicos em infraestrutura em geral trazem um retorno para o setor privado, por possuírem um elevado efeito multiplicador, contudo direcionando os recursos para transportes, moradia, saneamento básico, educação e saúde, os impactos são expandidos, e representam um progresso no sentido superação dos problemas estruturais de uma economia subdesenvolvida. Para tal, é necessário romper com a PEC de teto de gastos (EC 95), pois a mesma impõe um crescimento real zero das despesas discricionárias do país, assim, com o aumento da população a tendência seria uma redução gradual dos gastos com infraestrutura.

Tais gastos, apesar de necessários, não são lucrativos no curto prazo, por isso o interesse dos empresários nesse setor é pouco estimulante. Ao mesmo tempo tal investimento eleva a renda do setor privado e a quantidade de empregos, e com isso estimula as empresas a expandirem sua capacidade produtiva, pois, as empresas investem quando há incremento de demanda. Além do papel fundamental no desenvolvimento da infraestrutura, o Estado também pode assumir um papel empreendedor, com o advento da 4^o Revolução Industrial, setores de bio e nanotecnologia, assim como o de energia verde estão ganhando maior visibilidade entre os países desenvolvidos. Mais uma vez, dada a atual fragilidade da indústria brasileira, o papel de promover tais inovações, neste momento, é do Estado.

Durante a pandemia, o país destacou-se na fabricação de vacinas, com atuação da Fiocruz e do Instituto Butantan, que inclusive foram apropriados como Patrimônio Nacional de Saúde Pública. mesmo com a redução de verba para pesquisa nos últimos anos, as instituições brasileiras foram capazes de produzir a vacina nacionalmente. Desta forma, com um aumento no investimento público, o Brasil poderia concorrer no mercado global biotecnológico, destacando-se ainda com o registro de patentes. Além disso, com a desistência da compra da

Embraer pela Boeing, o Estado poderia investir no desenvolvimento de aeronaves, um setor com pouca competitividade no cenário internacional, e com grande capacidade de mobilização produtiva.

Além disso, com o sucateamento do meio ambiente, o desenvolvimento de energia limpa é uma demanda global inadiável. Hoje a principal fonte de energia do país é a hidrelétrica. O cerne da questão é investir em setores com um alto multiplicador, como o de infraestrutura em geral, mas também preocupar-se com as demandas e necessidades modernas, tais como, energia limpa, nanotecnologia, direitos universais como saúde, saneamento básico e educação. Por se tratar de uma política estratégica de longo prazo, é imprescindível que a política monetária seja ajustada constantemente, a fim de evitar descontroles inflacionários.

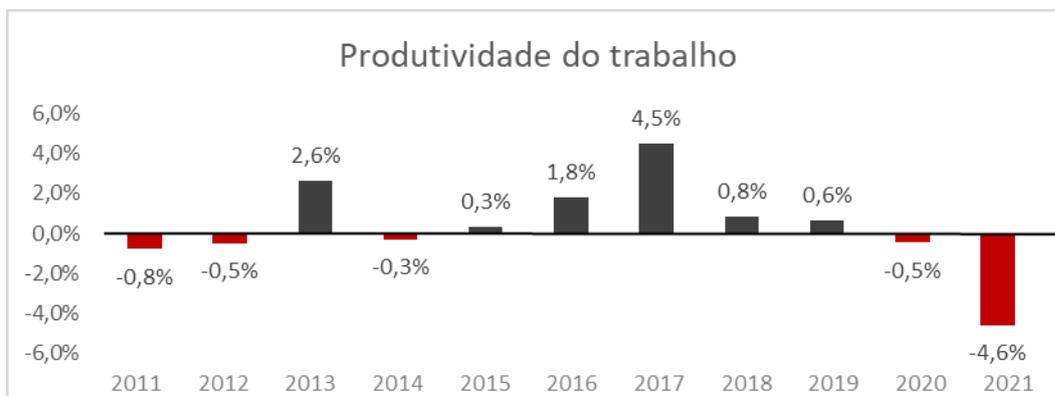
A retomada econômica, voltada para o consumo de massas e industrialização, pode adequar-se a essa demanda ecológica cada vez mais urgente. Como o plano nacional de desenvolvimento seria conduzido pelo Estado é possível a focalização em setores estratégicos que possibilitam o desenvolvimento sustentável. No que concerne à fome, por exemplo, um problema de extrema relevância na atualidade, é possível direcionar os investimentos para além do foco da economia monocultora voltada para exportação, que possui impactos ambientais devastadores, desenvolvendo a economia agrícola familiar, ou de pequena escala.

A retomada econômica, voltada para o consumo de massas e industrialização, pode adequar-se a essa demanda ecológica cada vez mais urgente. Como o plano nacional de desenvolvimento seria conduzido pelo Estado é possível a focalização em setores estratégicos que possibilitam o desenvolvimento sustentável. No que concerne à fome, por exemplo, um problema de extrema relevância na atualidade, é possível direcionar os investimentos para além do foco da economia monocultora voltada para exportação, que possui impactos ambientais devastadores, desenvolvendo a economia agrícola familiar, ou de pequena escala.

Por si só o acesso aos direitos básicos, como saúde, alimentação, moradia e saneamento básico, principalmente voltada às massas, que hoje são privadas dos mesmos, desenvolveria setores dinâmicos nacionais como metalurgia e construção civil. O cerne do consumo de massas é, portanto, promover um consumo não desenfreado, como no período de desenvolvimento dos atuais países centrais, mas um consumo consciente compatível com a necessidade moderna de economia verde, pautado em direitos fundamentais, consumo agrícola voltado para pequena escala e tecnologia e com a adoção de energia limpa e políticas de menores emissões de gases poluentes.

Um pouco adicional é a estrutura do emprego atual, com o movimento de precarização e pejotização, incentivados pela reforma trabalhista, os custos relacionados à força do trabalho são reduzidos. Apesar de tal flexibilização não houve incremento da produtividade da indústria nacional, pelo contrário, 2021 recuou 4,6%, em comparação com 2020, e no ano anterior a queda já tinha sido de 0,5% (CNI – Portal da indústria, 2022). Neste sentido, como ferramenta do progresso nacional faz-se necessário a qualificação da mão de obra, como modo de atenuar os efeitos já evidentes da precarização do trabalho.

Quadro 4: Produtividade da indústria nacional



Fonte: CNI – Portal da indústria

A produtividade apontada acima representa o nível de produção por hora trabalhada, assim, o aumento no índice em 2016 e 2017 representa uma queda na produção menor do que a queda do desemprego, devido à crise e o aumento do desemprego (vide quadro 3), não representando, portanto, uma melhora na forma empregatícia do período.

Desta forma, o presente trabalho propõe não somente um plano de recuperação econômica, mas uma reformulação do pensamento de desenvolvimento nacional. As ações do Brasil, nesse sentido, sempre foram reativas, utilizando como padrão a cópia arcaica das estruturas das economias desenvolvidas, é preciso racionalizar no sentido de reconhecer as limitações, no sentido de capacidade produtiva e problemas estruturais, antes de partir nessa busca inalcançável no momento.

Além disso, é proposto aqui a ideia de “reconstruir melhor”, não se preocupando apenas com a recuperação do PIB, que apesar de importante, não resume o desenvolvimento. Nesse sentido, em um plano desenvolvimentista conduzido pelo Estado, deve haver a preocupação com a economia verde, o desenvolvimento tecnológico e a desigualdade social, já tratados no artigo em questão. A fim de analisar possíveis saídas para a crise atual propostas no item 3, é

possível fazer um paralelo com o pacote fiscal proposto nos Estados Unidos, pelo presidente Biden, o qual será discutido no próximo item.

3.2 Plano Biden, uma análise comparativa

Muitos países, desenvolvidos e subdesenvolvidos apresentaram propostas para enfrentamento da crise advinda do coronavírus. Com a eleição de Biden nos Estados Unidos, foi apresentada uma ampla proposta de recuperação econômica, com uma ideia central semelhante ao “New Deal” e ao Plano Marshall, também implementados pelos Estados Unidos. No primeiro deles, foi feito um investimento massivo em obras públicas, implementação de seguro desemprego e aposentadoria. Barack Obama, também recorreu à política fiscal para a recuperação econômica da crise de 2008, com o direcionamento de US \$787 bilhões para gastos com infraestrutura e proteção social, além de um pacote para salvamento de grandes empresas da falência e dos impactos pela bolha especulativa imobiliária.

Para 2022, faz-se assim necessário um novo período de atuação estatal, mesmo na economia central capitalista. Biden propôs um pacote de US \$1,9 trilhão voltados à recuperação econômica, destacando a ampliação de transferência direta de renda e investimentos em educação e saúde. Além disso, foi apresentado um novo projeto de US \$2,3 trilhões para investimentos em infraestrutura e a transição ecológica, os planos seriam financiados parte via aumento da dívida pública, e em parte pelo aumento do imposto sobre as empresas para 28% de alíquota, ressaltando que o imposto era de 35% e com o governo Trump passou a ser 21%.

Além das obras públicas de infraestrutura, o presidente americano propôs a construção de veículos elétricos, construção de residências sustentáveis, a volta ao acordo de Paris e o enfrentamento da desigualdade racial, com apoio a trabalhadores subvalorizados, em especial mulheres negras e latinas.

Assim como no recomendado aqui para o Brasil, o aumento do gasto público não seria um impeditivo para o crescimento econômico nacional, isso porque, um déficit público em moeda nacional é relativamente fácil de ser controlado. Desta forma, desde que se tenha capacidade ociosa não atingida pelo setor privado, não há contraindicação de gasto público, pois este age de forma complementar a ação dos empresários.

Apesar de ter alcançado reconhecimento internacional, inclusive pelo FMI, e pelo Banco de investimentos Goldman Sachs, estimado em 3,7% de acréscimo no PIB, até 2024, o plano Biden possui baixa aprovação no Congresso Americano. Desta forma, a necessidade de

planejamento nacional no que concerne ao papel da política fiscal pode ser limitada por impasses políticos; uma vez que foge da política *mainstream* dominante, a aprovação, total ou parcial do projeto, pode enfrentar dificuldades.

O plano Biden mostrou-se assim como uma estratégia anticíclica, com princípios Keynesianos. “Voltando ao Plano Biden, as medidas propostas vão na direção e até ampliam, especialmente as voltadas às políticas públicas, as políticas econômicas keynesianas contracíclicas que foram implementadas na maioria dos países, inclusive nos Estados Unidos, para mitigar os impactos da crise do subprime, 2007-2008.” (FERRARI, 2021, n.p). E diante da dificuldade política, os Estados Unidos conduziram um plano de expansão de política fiscal pautada no orçamento de guerra.

Na teoria Keynesiana não é abordado guerra como ferramenta de expansão da demanda efetiva, pelo contrário, em sua obra, o autor defende que com uma melhoria da política interna haveria menos necessidade de disputas internacionais, à medida que proporcionaria um crescimento geral, com aumento do nível do comércio internacional.

“Mas, se as nações conseguirem aprender a manter o pleno emprego apenas por meio da sua política interna (e também, devemos acrescentar, se conseguirem instaurar um equilíbrio nas tendências da sua demografia), deixará de haver necessidade de forças econômicas importantes concebidas para virar os interesses de um país contra os dos seus vizinhos.” (KEYNES, 1936, p.337)

Apesar disso, a política fiscal direcionada aos gastos militares ficou popularmente conhecida como “keynesianismo de guerra”. Embora, o autor não argumentar a favor da guerra, tal dispêndio cumpre o papel estabilizador de aumento da demanda agregada, discutido no primeiro capítulo, isto porque aumenta a capacidade produtiva utilizada, gerando renda e emprego. Nesse sentido, os Estados Unidos estão promovendo uma política econômica de guerra contra a Rússia, com um orçamento de US\$769 bilhões para o setor de defesa em 2022, incluindo US \$800 milhões destinados à ajuda à Ucrânia, embora a maior parte esteja destinada ao Pentágono Americano. Além da massiva injeção de investimento bélico, o país está buscando a expansão da OTAN na Europa.

Apesar da disputa geopolítica com a China e a Rússia (quadro 5), tal pacote de gastos tem impacto econômico, sendo essa a discussão apresentada no presente trabalho. A China, chamada popularmente de “fábrica do mundo”, possui dominância na maior parte dos setores de produção atualmente, com exceção da indústria de guerra em que os Estados Unidos predominam no cenário mundial, em valores nominais. Sendo assim, a injeção de capital nesse setor representa uma enorme criação de demanda interna, via expansão de insumos, aquecendo

a indústria bélica. Além disso, com a expansão da OTAN, a demanda externa por armamento e insumos americanos, bem como a demanda por empréstimos também cresce, sendo plausível esperar um novo “Plano Marshall” para reconstrução da Ucrânia. Além de representar claramente uma tentativa para manter a hegemonia estadunidense no cenário internacional.

Quadro 5 – Crescimento do PIB mundial

| Crescimento do PIB - FMI | | | | | | |
|--|--------------------|------|------|------|-------|-------|
| *projeção | Média 2012-2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022* | 2023* |
| Mundo | 3,5 | 2,8 | -3,1 | 6,1 | 3,6 | 3,6 |
| Economias desenvolvidas | 1,9 | 1,7 | -4,5 | 5,2 | 3,3 | 2,4 |
| Estados Unidos | 2,4 | 2,3 | -3,4 | 5,7 | 3,7 | 2,3 |
| Países emergentes e em desenvolvimento | 4,8 | 3,7 | -2,0 | 6,8 | 3,8 | 4,4 |
| China | 7,2 | 6,0 | 2,3 | 8,1 | 4,4 | 5,1 |
| Brasil | 0,2 | 1,4 | -3,9 | 4,6 | 0,8 | 1,4 |

Fonte: World Economic Outlook FMI

CONCLUSÃO

O presente trabalho tem por objetivo apontar que o papel do Estado ainda é de extrema importância para as economias internacionais, não se limitando aos estudos de Keynes, Minsky e Kalecki, especialmente em momentos de reclusão do setor privado, a fim de evitar a queda na demanda agregada, e por consequência a criação ou intensificação, no momento brasileiro atual, de uma crise econômica. Tal papel estabilizador deve ser adotado em todos os momentos. Em momentos de *boom* econômico, é necessária uma maior regulação, e em períodos de crise a política fiscal deve ser utilizada como ferramenta macroeconômica, para apoiar e suprir as fragilidades do setor privado, de maneira cooperativa.

A crise advinda, ou no caso do Brasil intensificada, pelo covid-19 não se trata de uma exceção. Até mesmo os países desenvolvidos já apresentaram planos de recuperação econômica pautados na ampliação do gasto público, como o caso dos Estados Unidos. Apesar da dificuldade política de implementação dessa estratégia, o Brasil possui ainda mais necessidade de adotá-la, dado as vulnerabilidades sistêmicas do desenvolvimento, e o baixo crescimento econômico desde 2015.

Por fim, é necessário repensar o conceito simplório de crescimento econômico como representação do desenvolvimento de um país. As medidas aqui apresentadas não possuem o objetivo, apenas, de retomada do crescimento do PIB, mas de melhorar os indicadores sociais que apontam desenvolvimento, como desigualdade social, economia verde e industrialização, acesso à água, saneamento básico, energia, educação, assistência médica, moradia digna, renda mínima per capita (não somente a média do país, mas atentar-se a população abaixo da linha de pobreza). Muitas destas fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Ricardo LC et al. **Brasil: o estado de uma nação: 2007**. 2008. 294p.
- ASAI, Guilherme; CORRÊA, Alexandre. S. **Economia brasileira em crise: perspectivas dos gastos governamentais e seus impactos no crescimento econômico e no bem-estar social pós-crise da Covid-19**. [S.l.: s.n.]: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbano, 2020. 16 p.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; **Financiamento da Covid-19, inflação e restrição fiscal**. Brazilian Journal of Political Economy [online]. [S.l.: s.n.]: 2020, v. 40, n. 4, pp. 604-621.
- Bureau of Economic Analysis (BEA). Washington, D.C.: Department of Commerce.
- CASADO, Miguel G. et al. **The Aggregate Effects of Fiscal Stimulus: Evidence from the COVID-19 Unemployment Supplement**. Massachusetts: National bureau of economic research, 2021. 20 p.
- CARDOSO JR, Celso. **Essencialidade do Planejamento Público e Capacidade Governativa no Brasil: aporias e utopias para um mundo pós-pandêmico**. Rumo ao Estado necessário, p. 250-270, 2021'.
- CARVALHO, André C.; CARVALHO, David F.; **Consequências do novo coronavírus na economia do Brasil: perspectiva de compreensão econômica e estatística do problema**. Paper do NAEA, Belém, v. 29, n. 1, p. 1-18, junho/2020.
- CARVALHO, Laura B.; **Curto-circuito: O vírus e a volta do Estado**. São Paulo: Todavia, 2020. 144 p.
- CARVALHO, Sandro S. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: Os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro**. Rio de Janeiro: Carta de Conjuntura Ipea, 2020. 18 p.
- CASTRO, Daniel; SENO, Danillo Dal; POCHMANN, Marcio. **Capitalismo e a Covid-19: um debate urgente**. 2020. 268p.
- CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência.
- COLISTETE, Renato P. **Hyman Minsky: uma visão da instabilidade a partir de Keynes**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 9, n. 2, 1989. 13p.
- COSTA, Fernando N. **Plano Biden: estudo para debate**. 2021. 43p.
- DWECK, Esther et al. (org.). **Economia Pós-Pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 321 p.
- DWECK, Esther et al. **Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, v. 1, 2018. 69p.
- FERRARI FILHO, Fernando; TERRA, Fábio. **As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas**. Revista de Economia Contemporânea, v. 15, p. 271-295, 2011.

FERRARI FILHO, Fernando. **O keynesianismo do Plano Biden**. Sul 21. 21 de maio de 2021. Disponível em: [O keynesianismo do Plano Biden \(por Fernando Ferrari Filho\) - Sul 21](#)

JABBOUR, Elias. **Notas sobre a reconstrução do Brasil**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 21p.

KALECKI, Michal. **A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas**. FERNANDES, F.(Coord). Kalecki. 1968. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1980. 5p.

KALECKI, Michal. **Teoria da Dinâmica Econômica: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. 1954. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986 (Os Economistas). 194 p.

KALECKI, Michal; KULA, Marcin. **Notas sobre los aspectos sociales y económicos de los "Regímenes intermedios". El caso de Bolivia**. Estudios Internacionales, p. 84-96, 1970. 13p.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego**. John Maynard Keynes. Editora Ática, v. 1937, 1984. 14p.

KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 1936. Tradução: Manuel Resende; revisão técnica Alda Couto. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. 401 p.

LÓPEZ G, Julio; PUCHET A, Martín; ASSOUS, Michael. **Michal Kalecki, um pioneiro da teoria econômica do desenvolvimento**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 29, p. 191-211, 2009.

MINSKY, Hyman P. **A hipótese da instabilidade financeira**. OIKOS (Rio de Janeiro), v. 8, n. 2, 2009. 18p.

MINSKY, Hyman P.; **Estabilizando Uma Economia Instável**. 1986. Osasco: Novo Século, 2014, 448 p.

MINSKY, Hyman P. **Integração financeira e política monetária**. Economia e Sociedade, v. 3, n. 1, p. 21-38, 1994.

OECD. **One year of SME and entrepreneurship policy responses to COVID-19: Lessons learned to “build back better”**. Paris: OECD SME and Entrepreneurship Papers, forthcoming, OECD Publishing OECD, 2021. 36 p.

ORAIR, Rodrigo O. **Política fiscal e resposta emergencial do Brasil à pandemia**. 2021.28p.

PEREIRA, Antônio S. **El Keynesianismo militar en la expansión de la Otan**. Problemas del desarrollo, p. 55-78, 2000.

SANCHES, Marina; CARDOMINGO, Matias; CARVALHO, Laura. **Quão mais fundo poderia ter sido esse poço? Analisando o efeito estabilizador do Auxílio Emergencial em 2020**. Nota de Política Econômica, n. 007, 2021. 10p.

SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013. 386p.

SICSÚ, João. **Keynes e os novos-keynesianos**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 19, p. 329-349, 2022.

SINGER, André; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando. **O Brasil: no inferno global**. 2022, 374p.

SCHUTTE, Giorgio R. **Mais de que um plano: a nova grande estratégia**. Lemonde Diplomatique Brasil. 2021

TEIXEIRA, Lucas; BASTOS, Pedro P.Z (org). **Conjuntura, Estrutura e Teoria: O Capitalismo contemporâneo nas análises do CECON (2017- 2021)**. Campinas, Unicamp. IE, 2021. 392 p.